

O ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA AGENDA RETÓRICA PRESIDENCIAL BRASILEIRA (1930-2022)

UNIVERSITY SPORT IN THE BRAZILIAN PRESIDENTIAL RHETORICAL AGENDA (1930-2022)

Ana Caroline Baleeiro Silva¹
Ivan Luiz Ferreira da Silva¹
Neidiana Braga da Silva Souza²
Cristiano Araújo Dias³
Temístocles Damasceno Silva¹

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

²Universidade Estadual de Maringá - UEM

³Instituto Federal da Bahia - IFBA

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a atenção dada ao esporte universitário na agenda retórica presidencial brasileira no que se refere ao período de 1930 a 2022. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa documental de caráter exploratório e abordagem mista. Para organização e tratamento dos dados elencou-se a seguinte categoria delineada na Ciência Política, especificamente, no âmbito dos estudos de formação da agenda, a saber: agenda retórica. Logo, coletou-se dados nos discursos de posse e mensagens presidenciais enviadas ao Congresso Nacional durante o período supracitado. A análise dos dados foi delineada por meio do diagnóstico da frequência absoluta e relativa das menções ao tema nas agendas abordadas bem como a análise do conteúdo diagnosticado. O esporte universitário se apresenta de maneira embrionária na agenda retórica presidencial brasileira. As pautas existentes relacionam-se a perspectiva de integração social por meio do esporte universitário. Além disso, as menções ao tema endossam o apoio institucional as demandas elencadas pelo referido setor.

Palavras-chave: Formação da Agenda. Esporte Universitário. Brasil.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the attention given to university sports in the Brazilian presidential rhetorical agenda regarding the period from 1930 to 2022. From the methodological point of view, this is an exploratory documentary research with a mixed approach. For data organization and treatment, the following category outlined in Political Science was listed, specifically, within the scope of agenda formation studies, namely: rhetorical agenda. Therefore, data were collected from inaugural speeches and presidential messages sent to the National Congress during the aforementioned period. Data analysis was outlined by diagnosing the absolute and relative frequency of mentions to the topic in the addressed agendas, as well as analysis of the projected content. University sports are present in an embryonic way in the Brazilian presidential rhetorical agenda. The existing guidelines are related to the perspective of social integration through university sports. In addition, mentions of the topic endorse institutional support for the demands listed by that sector.

Keywords: Agenda Formation. University Sport. Brazil.

INTRODUÇÃO

Na década de 1930, as primeiras manifestações do esporte universitário na perspectiva competitiva foram iniciadas entre as Instituições de Ensino Superior (IES) do Rio de Janeiro e São Paulo (SOUZA *et al.*, 2019). Com o sucesso dessas competições e o crescimento exacerbado dos jogos, em 1941 ocorre um grande marco que oficializa a trajetória do esporte universitário brasileiro: o decreto federal nº 3.617/41.

O dispositivo legal supracitado estabeleceu as bases de organização do desporto universitário e ao mesmo tempo, reconhece a organização da Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU (STAREPRAVO *et al.*; 2010). Desde então, a CBDU se tornou responsável por organizar o esporte universitário nacional e o faz através do JUBs (Jogos Universitários Brasileiros) que já conta com mais de 50 edições e mobiliza cerca de 4 mil atletas por ano (BORGES; BOUNICORE, 2007).

A Constituição Federal de 1988 apresenta um novo olhar para o esporte no Brasil, apresentando-se enquanto um dever do Estado. A promulgação da Constituição estabeleceu uma nova dinâmica no que se refere ao processo de planejamento e execução de políticas públicas de esporte. Logo após, a Lei nº 9.615/98 conhecida como Lei Pelé vem estabelecer as normas gerais sobre desporto, seguida da Lei nº 10.264/01 chamada Agnelo Piva que vai destinar 2% da arrecadação das loterias federais ao esporte sendo que, desse valor destinado, 5% será voltado ao esporte universitário. Estes marcos legislativos sinalizam novas possibilidades e alternativas para o esporte universitário, bem como o torna alvo de atenção de políticas públicas correlatas ao esporte.

Para Falleti (2006), essas mudanças estabeleceram responsabilidades aos atores políticos no que diz respeito a formulação de políticas públicas e ao mesmo tempo, ampliaram a autoridade política dos chefes do Poder Executivo frente ao processo de formação da agenda presidencial. Vale ressaltar que o processo de formação da agenda se apresenta como um elemento essencial para a análise de políticas públicas. De acordo com Baumgartner e Jones (1993), a análise histórica da agenda possibilita o entendimento sobre a estabilidade e ruptura na atenção dada a determinado tema pelo governo. Destaca-se que a agenda se configura como um conjunto de questões que concentram a atenção de indivíduos dentro e fora do governo, com duração limitada, envolvendo problemas e soluções (CAPELLA, 2018).

Ao considerar que a atenção é um recurso escasso e que tanto pessoas quanto organizações estabelecem prioridades de atuação, estudar o processo de formação da agenda governamental significa identificar como o governo distribui atenção entre as diversas questões existentes, decidindo o que é um problema a ser priorizado (BAUMGARTNER; JONES, 2015; JONES; BAUMGARTNER, 2005). De acordo com Cohen (2012), existem três categorias que constituem a agenda governamental, a saber: agenda retórica; agenda legislativa; agenda administrativa. A primeira agenda é composta pelos discursos oficiais direcionados a grupos específicos e falas públicas do governador nos canais de comunicação social voltadas ao grande público. Tal ação teria como objetivos: o alinhamento da agenda pública com as pautas prioritárias do governo; a construção do apoio popular em torno de questões específicas; o reconhecimento do público perante a responsividade do governador e a divulgação das ações a serem desenvolvidas. A agenda legislativa refere-se as questões remetidas ao Poder Legislativo com vistas a possíveis deliberações (projetos de leis). A agenda administrativa diz respeito a produção de decisões autorativas através da utilização de instrumentos executivos, tais como: a elaboração do orçamento.

Cohen (2012) afirma que a agenda presidencial pode ser analisada a partir da retórica dos chefes do poder executivo. Tal agenda retrata a atenção dada a um determinado tema na narrativa dos gestores por meio de discursos ou documentos oficiais direcionados ao público ou grupos de interesse que permeiam uma política pública. O autor sinaliza que os discursos oficiais de posse e as mensagens do Poder Executivo encaminhadas anualmente ao Poder Legislativo se apresentam como indicadores de atenção da agenda retórica. Esses documentos sinalizam para opinião pública, possíveis prioridades elencadas pelo gestor ao decorrer do mandato.

Diante do exposto, percebe-se que os discursos e as ações políticas tornam-se um campo vasto de investigação para a compreensão do processo de formulação da política. Vale ressaltar que a produção de conhecimento sobre políticas públicas de esporte no Brasil ampliou, significativamente, a partir do início do século XXI. Tais estudos colaboraram, ao longo do tempo, com o processo de consolidação de um campo de estudos alicerçado em diversas vertentes teóricas e metodológicas aplicadas às diversas temáticas que constituem a temática em questão. Entretanto, Apesar do fortalecimento e visibilidade que o esporte universitário vem recebendo ao longo do tempo, o número de estudos correlatos a temática ainda é incipiente.

Neste contexto, elencou-se o seguinte problema: qual a atenção dada ao esporte universitário na agenda retórica presidencial brasileira, no que se refere ao período de 1930 a 2022? Logo, o objetivo do trabalho é a analisar qual a atenção que o esporte universitário nesse cenário. O trabalho justifica-se pelo

interesse em se pesquisar sobre o tema, tendo em vista o interesse em compreender de que maneira o tema se configura nas políticas públicas e qual atenção os atores políticos, tem dado para o tema.

Sendo assim, o presente trabalho retrata a trajetória histórica da atenção dada ao esporte universitário na agenda presidencial brasileira, especificamente na agenda retórica, no que se refere ao período pós-constitucional até os dias atuais. Logo, acredita-se que a atenção dada ao tema supracitado, historicamente, se apresenta de maneira incremental com pontos de ruptura ocasionados por fatores internos e externos.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória e abordagem quanti-qualitativa. Este trabalho tem como referência o governo brasileiro com base no período de 1930 a 2022. O recorte temporal em questão denota o marco histórico do início da Nova República, representando mudanças significativas no cenário político brasileiro e o início da trajetória do esporte universitário no Brasil.

Ao levar em consideração os pressupostos teóricos elencados por Baumgartner e Jones (1993) e Cohen (2012), definiu-se a agenda retórica como categoria analítica da pesquisa. Assim, utilizou-se os discursos de posse e as mensagens anuais enviadas ao congresso nacional enquanto indicadores de atenção desta agenda. Tal categoria se apresenta como ferramenta de compreensão da atenção dada a determinado tema na perspectiva longitudinal. Vale destacar que a variável independente delineada na pesquisa diz respeito ao horizonte temporal (ano) enquanto a variável dependente refere-se à atenção dada ao esporte universitário pelos diversos atores políticos que administraram a Presidência da República.

Um passo importante para o delineamento dessa pesquisa diz respeito ao processo de seleção dos indicadores de atenção mais viáveis para a compreensão da dinâmica política do esporte (SILVA, 2022). Ao levar em conta o extenso recorte temporal da pesquisa, utilizou-se documentos produzidos e publicados em longos períodos e com o mesmo objetivo com vistas ao delineamento da análise comparada. Em relação a agenda retórica, utilizou-se os discursos de posse e mensagens presidenciais enviadas anualmente ao Congresso Nacional, disponíveis no acervo da biblioteca da Presidência da República (www.biblioteca.presidencia.gov.br).

Os Discursos de Posse dos governadores eleitos ao cargo de chefe do Poder Executivo do estado da Bahia são geralmente proferidos durante a cerimônia de posse realizada no primeiro dia do mês de janeiro do ano subsequente ao período eleitoral. Esses documentos em sua essência sinalizam para opinião pública, possíveis prioridades elencadas pelo gestor ao decorrer do mandato. Por outro lado, a menção a determinado tema não garante a efetividade da implementação de uma referida política pública, mas revela a atenção dada e as prioridades elencadas para um setor.

As mensagens enviadas pelos chefes do Poder Executivo ao Congresso nacional durante a abertura anual dos trabalhos são pouco exploradas no âmbito dos estudos sobre políticas públicas de esporte no Brasil. Esses documentos são compostos de duas grandes partes: uma Introdução, na qual o Governador enuncia as principais questões para o Congresso Nacional, seguida de um plano de trabalho para o ano. A análise feita levou em consideração todo o documento, sem distinção entre a introdução e o plano de trabalho. Esses documentos revelam a atenção do governador e ambos possuem periodicidade estabelecida: as Mensagens têm produção anual enquanto os Discursos de Posse são feitos, via de regra, a cada quatro anos.

Para coletar as informações nos indicadores de atenção supracitados e posteriormente, sistematizá-las nas categorias analíticas optou-se pela fundamentação metodológica com base na análise de conteúdo, especificamente, a codificação de dados. No âmbito dos estudos correlatos ao processo de formação da agenda constata-se a utilização da codificação enquanto elemento de organização das informações relacionadas a atenção dada a determinado tema na agenda. O *Comparative Agendas Project* desenvolveu um processo de codificação de informações por meio de um livro de códigos universal (*codebook*), o qual possibilita análises individuais e comparativas. Trata-se de um método de análise de conteúdo “[...] capaz de padronizar informações oriundas de fontes distintas e originariamente apresentadas em formatos diferentes, em códigos padronizados e sistemáticos” (BRASIL, 2018).

Vale destacar que o *codebook* foi adaptado para o contexto brasileiro por meio do Laboratório de estudos sobre a agenda governamental brasileira coordenado pela Prof. Dra. Ana Claudia N. Capella e o Prof. Dr. Felipe Gonçalves Brasil. O *codebook* brasileiro é composto por 21 macrocódigos, relacionados as diversas áreas temáticas que compõem a política pública. Tais macrocódigos podem colaborar com o desenvolvimento de uma perspectiva ampliada sobre as pautas prioritárias dos governos analisados. De forma complementar, o *Codebook* brasileiro estabelece mais de 211 subcódigos vinculados aos diversos macrocódigos existentes. Desta forma, torna-se possível observar as continuidades e rupturas na formação

da agenda ao longo do tempo e a análise da movimentação da atenção acerca de temáticas singulares.

O esporte encontra-se classificado como macrocódigo 23, em conjunto com a cultura e o lazer. Além disso, possui um subcódigo geral (2300) que relaciona diversos subtemas ao macrocódigo em questão, a saber: observações relativas as políticas de cultura, Lei Rouanet, patrimônio cultural, imaterial, políticas de artes, incentivos fiscais para artes, promoção de eventos culturais, mostras, teatro, dança, artes plásticas, artes visuais, museus, galerias públicas, idioma, língua portuguesa, Grandes eventos esportivos, copa do mundo, olimpíadas, esporte e lazer.

Em relação a coleta dos dados nos indicadores de atenção relacionados a agenda retórica, utilizou-se o subcódigo “esporte” com vistas a identificação das informações relevantes a pesquisa. De forma complementar, utilizou-se o subcódigo “universitário”, no sentido de ampliar a coleta de dados. Os dados foram coletados e organizados com o auxílio do *software* de análise de conteúdo Nvivo versão 12, programa voltado a análise de informação qualitativa que agrupa ferramentas para o trabalho com documentos textuais, otimizando assim, a organização, a categorização e análise dos dados.

Após a coleta de dados criou-se um banco contendo todas as informações necessárias para a individualização do conjunto macrocódigo-subcódigo com base no tipo de documento codificado, no governador em exercício, o ano, a informação se há uma política pública destacada, além do texto ou dispositivo codificado. Posteriormente, organizou-se tais informações no sentido de identificar os resultados estatísticos como porcentagens sendo possível assim diagnosticar as mudanças de ano para ano e montar os gráficos e tabelas que embasaram as discussões e conclusões da pesquisa.

No que diz respeito a análise dos dados quantitativos utilizou-se a estatística descritiva com vistas a identificação da frequência absoluta de atenção dada ao tema. Na abordagem qualitativa, optou-se pela descrição das pautas diagnosticadas com base nos governos investigados no intuito de possibilitar a compreensão da dinâmica de atenção para o esporte universitário ao longo do tempo. Neste sentido, foi possível verificar as prioridades elencadas na agenda presidencial por meio das recorrências das pautas. Desse modo, calculou-se o percentual de atenção dado ao esporte universitário no sentido de estabelecer análises relacionais entre as agendas. Consequentemente, estabeleceu-se uma análise qualitativa sobre as prioridades definidas pela gestão por meio da relação entre os resultados encontrados com os pressupostos teóricos oriundos da área de políticas públicas, especialmente, os estudos sobre formação da agenda.

RESULTADOS

A agenda retórica se apresenta como o espaço onde os atores políticos responsáveis pela tomada de decisão retratam a atenção dada aos diversos temas que permeiam a produção de políticas públicas, dentre eles, o esporte. Logo, torna-se possível mapear essa atenção por meio dos discursos de posse e mensagens anuais originados no Poder Executivo enquanto indicadores das prioridades governamentais (COHEN, 2012)

Em relação aos discursos de posse dos presidentes analisados não foi possível identificar menções ao esporte universitário. Por outro lado, a atenção dada ao esporte nas mensagens enviadas ao Congresso Nacional pode ser evidenciada na tabela 1.

Tabela 1 – Dados brutos de menções ao esporte em mensagens ao Congresso Nacional – 1930 a 2022

Ano	Gestão	Esporte	Universitário
1930	Washington Luís	0	0
1936	Getúlio Vargas	0	0
1937	Getúlio Vargas	0	0
1947	Eurico Gaspar Dutra	0	0
1948	Eurico Gaspar Dutra	0	0
1949	Eurico Gaspar Dutra	0	0
1950	Eurico Gaspar Dutra	0	0
1951	Getúlio Vargas	0	0
1952	Getúlio Vargas	0	0
1953	Getúlio Vargas	0	0

1954	Getúlio Vargas	0	0
1955	Café Filho	0	0
1956	Juscelino Kubitschek	0	0
1957	Juscelino Kubitschek	0	0
1958	Juscelino Kubitschek	0	0
1959	Juscelino Kubitschek	0	0
1960	Juscelino Kubitschek	0	0
1961	Jânio Quadros	0	0
1962	João Goulart	0	0
1963	João Goulart	0	0
1964	João Goulart	1	0
1965	Humberto Castelo Branco	0	0
1966	Humberto Castelo Branco	0	0
1967	Humberto Castelo Branco	0	0
1968	Artur da Costa e Silva	2	0
1969	Artur da Costa e Silva	0	0
1970	Emílio Médici	1	0
1971	Emílio Médici	2	0
1972	Emílio Médici	5	0
1973	Emílio Médici	5	0
1974	Emílio Médici	11	0
1975	Ernesto Geisel	14	2
1976	Ernesto Geisel	13	0
1977	Ernesto Geisel	19	1
1978	Ernesto Geisel	21	0
1979	Ernesto Geisel	38	0
1980	João Figueiredo	16	1
1981	João Figueiredo	8	0
1982	João Figueiredo	14	0
1983	João Figueiredo	17	0
1984	João Figueiredo	18	0
1985	João Figueiredo	25	0
1986	José Sarney	1	0
1987	José Sarney	7	0
1988	José Sarney	15	0
1989	José Sarney	3	0
1990	José Sarney	2	0

1991	Fernando Collor	2	0
1992	Fernando Collor	5	0
1993	Itamar Franco	0	0
1994	Itamar Franco	0	0
1995	Fernando Henrique Cardoso	17	0
1996	Fernando Henrique Cardoso	9	0
1997	Fernando Henrique Cardoso	11	0
1998	Fernando Henrique Cardoso	26	0
1999	Fernando Henrique Cardoso	31	1
2000	Fernando Henrique Cardoso	23	1
2001	Fernando Henrique Cardoso	13	0
2002	Fernando Henrique Cardoso	58	0
2003	Luiz Inácio Lula da Silva	42	0
2004	Luiz Inácio Lula da Silva	23	1
2005	Luiz Inácio Lula da Silva	48	0
2006	Luiz Inácio Lula da Silva	21	1
2007	Luiz Inácio Lula da Silva	22	1
2008	Luiz Inácio Lula da Silva	18	0
2009	Luiz Inácio Lula da Silva	0	0
2010	Luiz Inácio Lula da Silva	0	0
2011	Dilma Roussef	61	1
2012	Dilma Roussef	49	1
2013	Dilma Roussef	43	1
2014	Dilma Roussef	61	3
2015	Dilma Roussef	49	2
2016	Dilma Roussef	53	1
2017	Michel Temer	30	0
2018	Michel Temer	25	0
2019	Jair Bolsonaro	7	0
2020	Jair Bolsonaro	8	0
2021	Jair Bolsonaro	0	0
2022	Jair Bolsonaro	32	0

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

O dado em questão representa momentos de continuidades e rupturas na dinâmica política do esporte. No cerne das mensagens ao Congresso Nacional é possível verificar que não há um padrão quantitativo de menções ao esporte nas mensagens presidenciais. Dilma Roussef foi quem destinou maior atenção ao esporte, com 316 menções, seguida de Fernando Henrique Cardoso com 188 menções, Luís Inácio Lula da Silva com 174, Ernesto Geisel com 106 e João Figueiredo com 98. Por outro lado, alguns presidentes

não apresentaram menções ao esporte. João Goulart apresentou 1 menção, sendo a primeira menção ao esporte desde 1930. Médici apresentou 24, José Sarney 28, Fernando Collor apresentou 7 menções e Jair Bolsonaro 15 (Gráfico 1). O mesmo acontece com o termo universitário, visto que o mesmo recebe pouca atenção em relação ao esporte geral.

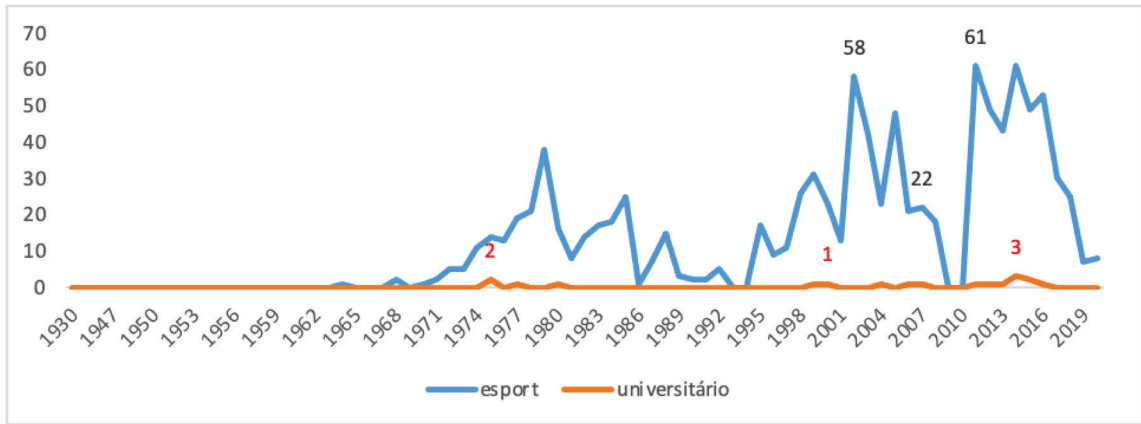


Gráfico 1 – Atenção ao esporte nas mensagens ao Congresso Nacional – 1989 a 2022

Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Apesar da identificação de menções ao esporte nas mensagens presidenciais a partir de 1964, o esporte universitário só aparece na agenda retórica presidencial do ex-presidente Ernesto Geisel, no ano de 1975. O período da ditadura militar da o pontapé inicial da atenção ao esporte nas mensagens presidenciais. Além disso, um fator importante que pode ter influenciado na aparição desta menção foi a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975 que instituiu as normas gerais sobre os desportos.

A lei apresenta um parágrafo específico para tratar o desporto educacional, onde é incluído o universitário. O referido dispositivo legal instituiu a estruturação e organização do desporto universitário atrelando suas atividades as federações, confederações e associações atléticas acadêmicas (A.A.A.), integrando estas ao sistema nacional dos desportos.

Ademais, apesar de em alguns momentos ocorrerem rupturas na atenção dada ao esporte na agenda, ao analisar o valor relativo da capacidade do “universitário” dentro do esporte, o mesmo não chega a atingir 5% mesmo nos anos com maior atenção. Isso denota um distanciamento entre as pautas citadas. O gráfico 2 evidencia as menções brutas ao esporte universitário ao longo do período analisado.

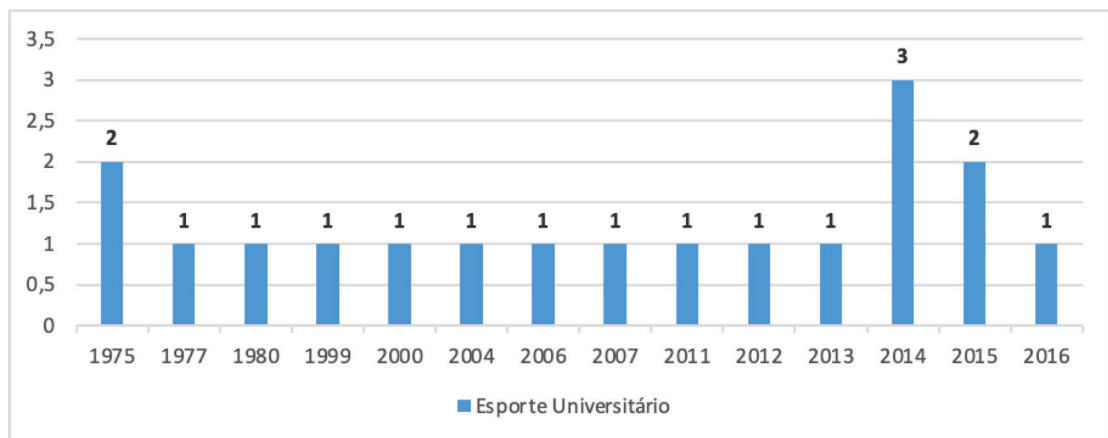


Gráfico 2 – Atenção ao esporte universitário nas mensagens ao Congresso Nacional – 1930 a 2022

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

A primeira menção ao esporte universitário na agenda foi em 1975, com o ex-presidente Ernesto Geisel que aponta uma dinamização nos níveis de ensino, incluindo o ensino superior, apontando as áreas da cultura e do esporte. É apontado também o destaque no Jogos Universitários Brasileiros como um dos principais eventos esportivo, com cerca de 3mil participantes na época.

Geisel sinaliza a destinação de 18,7 milhões a competições esportivas dando ênfase nos Jogos Escolares Brasileiros e XXVII Jogos Universitários Brasileiros. Em 1980, João Figueiredo aponta um diferencial perante as menções encontradas, onde aponta que foram distribuídas 6.844 bolsas de trabalho/esporte aos estudantes universitários, com o objetivo de proporcionar ao estudante condições financeiras para o desenvolvimento da prática esportiva, bem como a integração nas atividades da comunidade universitária.

Um fator preponderante para essa atenção pode se justificar pelo processo de redemocratização e reabertura política na década de 1980 onde a União Nacional dos Estudantes, por meio de movimentos esportivos e estudantis, cobrava um posicionamento do governo e da CBDU pelo fim da estrutura esportiva centralizada e autoritária:

[...] na Olimpíada de Los Angeles de 1984, vários dos medalhistas brasileiros [do vôlei, judô, atletismo e natação] eram, na verdade, atletas universitários e, ainda assim, a mídia e tão pouco o Governo destacavam a importância do esporte universitário (CAMARGO; MEZZADRI, 2018, p. 13).

Fernando Henrique indicou a possibilidade de parcerias com universidades públicas brasileiras no intuito de identificar e desenvolver talentos esportivos, além de promover a qualificação de profissionais e a disseminação do conhecimento científico para esportes de alto rendimento. Em adição, retratou-se o apoio institucional a participação da delegação brasileira nos Jogos Mundiais Universitários de Verão — “*Universiade 99*”, realizados em Palma de Mallorca, Espanha. Bueno (2008) afirma que a partir da Nova República, as organizações esportivas pautaram sua autonomia, uma vez que pertenciam a uma estrutura constituída em um outro modelo governamental o que as tornavam incapazes de atender as demandas mais recentes.

O tema voltou a agenda retórica presidencial na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2004. A narrativa diagnosticada sinalizava o caráter integrativo dos Jogos Universitários. Ao mesmo tempo, apresentou-se a reconfiguração desses Jogos e endossou-se a relevância da referida competição para o contexto esportivo nacional. No primeiro ano da segunda gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, destacou-se a regulamentação do financiamento do esporte universitário como base para o desenvolvimento do setor no país.

No esporte educacional, a agenda governamental do governo Lula identificou uma série de lacunas, dentre elas: a falta de material esportivo e dificuldade de acesso a material didático; falta de uma abordagem educacional e de integração com as outras disciplinas na composição do currículo escolar além de falta de oferta de iniciação esportiva nas escolas públicas. Conforme Houlihan e White (2002), os governos tendem a apresentar dificuldades em relação ao processo de responsabilização estatal frente ao esporte “[...] Os governos geralmente têm relutado em reconhecer o esporte como uma responsabilidade apropriada do Estado e, quando reconhecido, tem havido incerteza sobre o status e a localização dentro da máquina do governo”. No último ano da referida gestão, identificou-se a tentativa do Governo Federal em estabelecer parcerias com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário no intuito de ampliar a oferta de vagas do Programa Segundo Tempo (ação governamental correlata ao esporte educacional) no âmbito universitário.

Na primeira gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff, verificou-se narrativas relacionadas ao apoio institucional ao esporte universitário. Além disso, reconheceu-se o empenho no processo de eleição do Brasil como sede da *Universiade 2019* bem como, a realização da I Copa Brasil Escolar Universitária de Futebol Feminino, por meio de convênio com a CBDU, envolvendo equipes representantes de 24 estados brasileiros. Ao levar em consideração a atenção dada ao esporte na agenda governamental da gestão de Dilma Rousseff torna-se possível verificar a influência do processo de preparação do país para a realização dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo FIFA - Fédération Internationale de Football Association - 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016) na reconfiguração da dinâmica política abordada (SILVA, 2022).

A percepção dos problemas acerca da infraestrutura esportiva por parte do Governo Federal esteve alicerçada na perspectiva de concentração dos espaços esportivos no setor privado, beneficiando apenas uma parcela restrita da população. Enquanto alternativa para a referida questão, optou-se pela defesa da ampliação da oferta de espaços e equipamentos esportivos para população enquanto legados dos megaeventos esportivos.

Em 2017, o Governo Federal por meio da gestão de Michel Temer manteve o apoio ao esporte educacional. O Programa Segundo Tempo (PST) foi desenvolvido por meio de parcerias estabelecidas com os entes federativos e entidades privadas utilizando-se da infraestrutura das organizações militares. Em relação a gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro, o ideário esportivo foi alicerçado na inclusão social dos brasileiros por meio do esporte como parte integrante de uma vida melhor. Segundo Starepravo *et al.* (2010), as universidades e as unidades administrativas do esporte fazem parte do mesmo espaço político-administrativo, contudo, tendem a constituir um distanciamento no processo de produção das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação da agenda se apresenta como um elemento essencial para a análise de políticas públicas. A análise da agenda possibilitou o entendimento sobre as mudanças e continuidades na formação da agenda para o esporte universitário no contexto histórico da agenda presidencial brasileira.

Essa análise ofertou subsídios para compreensão das prioridades estabelecidas para o esporte universitário pelo Governo Federal, revelando assim, um cenário repleto de mudanças da atenção presidencial para o esporte universitário ao longo do percurso histórico analisado, dentre eles: reposicionamento do papel estatal frente ao apoio e fomento ao esporte universitário por meio de uma regulamentação alinhada a imagem de política elencada na agenda retórica; forte tendência de atenção ao esporte nos períodos relacionados ao planejamento de ações dos megaeventos esportivos, bem como a influência do contexto político, econômico e legislativo do período em questão.

Ao analisar o processo de formação da agenda para o esporte universitário no contexto nacional com base nos estudos sobre formação da agenda inaugurou-se uma nova trajetória para os estudos das políticas públicas de esporte e lazer no cenário brasileiro, considerando-se o desenvolvimento de estudos longitudinais acerca da dinâmica supracitada. Ao mesmo tempo, o delineamento do desenho dessa pesquisa com base em dados quantitativos e qualitativos correlatos aos indicadores que proporcionaram a análise das mudanças na atenção ao esporte se apresenta como uma alternativa complementar aos estudos sociológicos desenvolvidos na área supracitada.

Ao levar em consideração as dificuldades metodológicas apresentadas pela literatura e a ausência de trabalhos que analisam o referido tema no contexto da agenda presidencial brasileira, entende-se que esse trabalho contribuiu ao apresentar as prioridades governamentais expressas nas narrativas políticas nos anos analisados.

Por fim, espera-se que esse trabalho possa contribuir com o processo de revisão da produção de políticas públicas de esporte universitários no sentido de falsear e ser falseado, partindo-se da premissa do conhecimento científico como provisório. Além disso, acredita-se que o conhecimento produzido possa colaborar com o complexo processo de formação da agenda para o esporte universitário por meio da oferta de evidências científicas para a tomada de decisão política no contexto do setor público.

REFERÊNCIAS

- BAUMGARTNER, F.R.; JONES, B.D. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago, University of Chicago Press, 1993.
- BAUMGARTNER, F.R.; JONES, B.D. **The politics of information: problem definition and the course of public policy in América**. Chicago, IL: University of Chicago Press. 2015.
- BORGES, E. de C.; BUONICORE, A.C. **Memória do esporte educacional brasileiro: breve história dos jogos universitários e escolares**. São Paulo – Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2007.
- BRASIL, F.G. **A dinâmica das políticas de saúde e assistência social no Brasil: incrementalismo e pontuações na agenda governamental entre 1986 e 2003**. p.260. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2018.
- BUENO, L. **Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. p.200, (Tese de Doutorado) Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de empresa de São Paulo, São Paulo, 2008.

- CAPELLA, A.C.N. **Formulação de políticas públicas**. Enap, Brasília, 2018.
- COHEN, J.E. **The president's legislative policy agenda, 1789-2002**. New York: Cambridge University Press, 2012.
- CAMARGO, P.R.; MEZZADRI, F.M. A organização e configuração do esporte universitário no Brasil (1940-1980). **Motrivência**, v.30, n.53, p.52-68, 2018.
- FALLETI, T. **Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada**. Dossiê Sociedade e Políticas Públicas. Sociologias, p.46-85, 2006.
- HOULIHAN, B.; WHITE, A. **The politics of sports development: development of sport or development through sport?** London: Routledge, 2002.
- JONES, B.D.; BAUMGARTNER, F.R. **The politics of attention: how government prioritizes problems**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- STAREPRAVO, F.A.; REIS, L.J.A.; MEZZADRI, F.M.; JUNIOR, W.M. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v.31, n.3, p.131-148, 2010.
- SILVA, T.D. **O esporte na agenda governamental do estado da Bahia (1995-2018)**. p.268, (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação Associado em Educação Física UEM/UEL - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, 2022.
- SOUZA, L.C. de L. et al. Política de esporte universitário em uma instituição pública de ensino superior de Mato Grosso do Sul. **Motrivência**, v.31, n.60, p.01-21, 2019.

Centro de Estudos em Gestão Pública – CEGESP
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Av. José Moreira Sobrinho s/n
Jequiezinho
Jequié/BA
45205-490